

Está prevista para a primeira semana de fevereiro uma reunião dos líderes e dirigentes partidários que opõem o presidencialismo. Será organizada pelo senador Marco Maciel, presidente do PFL, devendo participar as principais figuras do PMDB, do PDS, do PDT, do PTB e de legendas menores que estejam integradas no esforço de evitar a adoção do sistema parlamentar de governo. Não se trata de uma reunião ampla de todas as bancadas presidencialistas, mas apenas dos dirigentes e líderes a fim de traçar uma estratégia para a aprovação da emenda que leva a assinatura dos senadores Humberto Lucena e Edison Lobão e dos deputados Vivaldo Barbosa e Theodoro Mendes.

Marco Maciel ia apresentar proposta presidencialista, mas, ao saber que outras sugestões já dispunham do número necessário de assinaturas, rejeitou e preferiu ficar com elas, afinal reunidas num texto único. O que interessa não são os detalhes, mas o princípio geral da preservação do presidencialismo. Não perturba os presidencialistas o fato de a emenda em questão modificar apenas o capítulo do Executivo, sem menção a mudanças também imprescindíveis no capítulo do Legislativo. Falta lógica à argumentação levantada pelo parlamentarista José Fogaça, de que o sistema de governo ficará indefinido, e o País, ingovernável, no caso da aprovação da matéria, tal como está. Vale, na questão, o princípio de que quem pode o mais, pode o menos. Se a intenção da maioria dos constituintes for pelo presidencialismo, fica evidente que o capítulo do Legislativo terá de ser alterado, mesmo sem proposta específica. A tarefa caberá ao relator, porque o regimento interno prevê a hipótese. Fala em parlamentaridade.

A emenda presidencialista suplantou as 340 assinaturas mas, singularmente, conta com 326 assinaturas uma outra emenda, que aprimora o parlamentarismo constante do projeto de nova Constituição. Seu autor é o deputado Egidio Ferreira Lima. Somados os signatários de ambas, teremos o número surpreendente e meio cabalístico de 666, quando os constituintes são 550. Fica óbvio que muita gente assinou as duas, precisando, assim, definir-se a tempo. É a respeito disso que discutirão os líderes e dirigentes partidários. Eles darão um balanço nas duas listas e promoverão consultas

junto às bancadas para saber quem é quem. Ao mesmo tempo, desenvolverão campanha junto aos parlamentares, possivelmente mobilizando os meios de comunicação e levando o debate para a opinião pública. Não duvidam de que a sociedade é majoritariamente presidencialista, podendo desempenhar importante papel no convencimento de deputados e senadores ainda indecisos.